

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 01/2026

PROCESSO PARA RENOVAÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ANO LETIVO DE 2027

A Comissão avaliadora de concessão de bolsas de estudo do Colégio Catarinense, inscrito no CNPJ sob o nº 92.959.006/0014-23, obra mantida da Associação Antônio Vieira, inscrita no CNPJ sob o nº 92.959.006/0001-09, entidade de finalidade não lucrativa e certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social, com atuação nos níveis da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), torna pública a presente comunicação interna.

Este documento apresenta as condições de participação, os procedimentos, os critérios, as normas e o cronograma do processo para renovação de bolsas de estudo integral (100% da anuidade) e parcial (50% da anuidade) para o **ano letivo de 2027**, em conformidade à Lei Complementar nº 187, de 16 dezembro de 2021, ao Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, e às demais diretrizes emanadas pela referida Comissão.

1. PROCESSO PARA RENOVAÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO

O(A) aluno(a) interessado em renovar a bolsa de estudo ofertada pelo Colégio Catarinense para o **ano letivo de 2027** deve atender, obrigatoriamente, às diretrizes contidas nesta comunicação interna, disponível em formato digital, no *site* do Colégio Catarinense: <https://www.colegiocatarinense.g12.br>. Antes de iniciar o processo, é importante que o(a) aluno(a) e seus(suas) responsáveis legais conheçam as seguintes informações sobre a natureza das bolsas de estudo e os critérios de renovação:

- a.** a **bolsa de estudo integral (100%)** será concedida ao(à) aluno(a) cuja renda familiar per capita não exceder o valor de 1 ½ (um e meio) salário-mínimo (nacional) vigente no ano da análise socioeconômica do processo para renovação de bolsas de estudo, inciso I, art. 19, Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e incisos I e II, art. 51 do Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023;
- b.** a **bolsa de estudo parcial (50%)** será concedida ao(à) aluno(a) cuja renda familiar per capita não exceder o valor de 3 (três) salários-mínimos (nacional) vigentes no ano da análise socioeconômica do processo para renovação de bolsas de estudo, inciso I, art. 19, Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e incisos I e II, art. 51 Decreto nº 11.791 de 21 de novembro de 2023;



- c.** a bolsa de estudo é anual, individual, pessoal e intransferível, não sendo renovada automaticamente para o ano letivo subsequente. Para que haja a renovação, o(a) aluno(a) contemplado(a) deverá submeter-se a um novo processo de avaliação socioeconômica;
- d.** a solicitação da bolsa de estudo será única e exclusivamente para o(a) ano/série e o turno informados no preenchimento do Formulário socioeconômico *web*;
- e.** a família e o(a) aluno(a) interessado(a) deverão, obrigatoriamente:
- respeitar o cronograma do processo para renovação de bolsas de estudo, conforme descrito no item 2 deste documento;
 - atender às exigências e aos requisitos previstos em Lei, bem como aos requeridos pela Comissão avaliadora de concessão de bolsas de estudo;
 - apresentar a documentação exigida no item 4.1 da presente comunicação interna;
 - não será aceita a solicitação de bolsa de estudo fora do prazo estabelecido.
- f.** Em consonância com as diretrizes da Província dos Jesuítas do Brasil, serão priorizadas bolsas de estudo integral aos alunos:
- cuja família apresentar vulnerabilidade social emergencial não pontual, resultando na mudança de perfil socioeconômico e devidamente identificada pelo Serviço social;
 - irmãos(ãs) de alunos(as) já bolsistas das famílias que compõem a comunidade escolar, conforme as vagas disponíveis por ano/série/turno antes da divulgação do edital de novas bolsas de estudo. O perfil socioeconômico familiar será atualizado, e as especificidades apresentadas passarão pela análise da Comissão avaliadora de concessão de bolsas de estudo. Não será aceita inscrição de bolsa de estudo para irmãos(ãs) em condição de birrepetência no(a) ano/série para o(a) qual está se candidatando. A divulgação das bolsas de estudo prioritárias seguirá o calendário estabelecido nesta comunicação interna, conforme o cronograma de concessão.
- g.** O(a) aluno(a) interessado em renovar a bolsa de estudo deverá passar por todas as etapas previstas nesta comunicação interna e cumprir o Regimento interno.



2. CRONOGRAMA FIXADO PARA FINS DESTA COMUNICAÇÃO

Todas as etapas apresentadas no cronograma devem ser concluídas para a validação da participação no processo para renovação de bolsas de estudo, conforme disposto no cronograma a seguir.

ETAPA	DATA
Publicação da comunicação interna	Dia 16 de junho de 2026, no <i>site</i> do Colégio Catarinense
Reunião de orientação às famílias sobre o processo para renovação de bolsas de estudo – etapa obrigatória e presencial	Dia 26 de junho de 2026, às 19h, no Auditório João Paulo II
Período de preenchimento do Formulário socioeconômico <i>web</i>	De 02 de julho a 14 de julho de 2026
Agendamento da entrevista	Ocorrerá na ocasião da reunião com as famílias (24 de junho de 2026, às 19h)
Entrevista com a família	De 03 de julho a 30 de setembro de 2026
Visita domiciliar (se necessária)	Durante o período letivo
Resultado preliminar do processo para renovação de bolsas de estudo	Dia 19 de novembro de 2026
Prazo para recurso	De 19 de novembro a 23 de novembro de 2026
Resultado do processo para renovação de bolsas de estudo (após análise de recurso)	Dia 24 de novembro de 2026
Rematrícula (conforme item 8)	Conforme calendário escolar, a ser divulgado em comunicado próprio

3. BOLSAS DE ESTUDO OFERTADAS PARA O ANO LETIVO DE 2027

A bolsa de estudo é concedida anualmente e renovada mediante confirmação das informações relativas ao perfil socioeconômico do(a) aluno(a)/estudante (§ 1º, art. 26, Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021), em atenção à disponibilidade das vagas descritas no quadro a seguir:

CURSO	ANO/SÉRIE	TURNO	Nº de VAGAS
Educação Infantil	Infantil II	Matutino	1
Educação Infantil	Infantil II	Vespertino	1
Educação Infantil	Infantil III	Vespertino	3
Ensino Fundamental de 9 anos	1º ano	Matutino	1
Ensino Fundamental de 9 anos	1º ano	Vespertino	3



Ensino Fundamental I	2º ano	Matutino	5
Ensino Fundamental I	2º ano	Vespertino	4
Ensino Fundamental I	3º ano	Matutino	9
Ensino Fundamental I	3º ano	Vespertino	2
Ensino Fundamental I	4º ano	Matutino	3
Ensino Fundamental I	4º ano	Vespertino	4
Ensino Fundamental I	5º ano	Matutino	11
Ensino Fundamental I	5º ano	Vespertino	2
Ensino Fundamental II	6º ano	Matutino	19
Ensino Fundamental II	7º ano	Matutino	9
Ensino Fundamental II	8º ano	Matutino	3
Ensino Fundamental II	9º ano	Matutino	10
Ensino Médio	1ª série	Matutino	15
Ensino Médio	2ª série	Matutino	28
Ensino Médio	3ª série	Matutino	20
Total de bolsas de estudo: 153			

4. DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO PROCESSO PARA RENOVAÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO

Ressaltamos que são obrigatórios o completo preenchimento do Formulário socioeconômico *web* via internet ou por meio físico e a entrega de toda a documentação comprobatória da situação socioeconômica da família. A entrega dos documentos será feita presencialmente, no Colégio Catarinense, conforme agendamento com a família, dentro do período previsto para essa atividade no cronograma do processo para renovação de bolsas de estudo.

A análise socioeconômica será realizada mediante apresentação e entrega de todos os documentos solicitados, sendo considerada de subsídio para a avaliação socioeconômica do grupo familiar. Caso necessário, a Comissão avaliadora de concessão de bolsas de estudo e o(a) assistente social poderão, a qualquer tempo, solicitar documentos complementares, acessar as redes sociais, bem como realizar nova entrevista e/ou visita domiciliar. **Os documentos recebidos pelo Serviço social terão tratamento adequado à legislação vigente, conforme descrito no item 9.**

4.1 DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(A) ALUNO(A) E DO GRUPO FAMILIAR:

- a. **RG (carteira de identidade)** do(a) aluno(a) e de todos(as) os(as) integrante(s) do grupo familiar. Para menores de 12 anos de idade, caso não haja RG, apresentar a certidão de nascimento;



- b. **Carteira de Identidade Nacional (CIN)** do(a) aluno(a) e de todos(as) os(as) integrante(s) do grupo familiar. Para menores de 12 anos de idade, caso não haja CIN, apresentar a certidão de nascimento;
- c. **CPF (cadastro de pessoa física)** do(a) aluno(a) e de todos(as) os(as) integrante(s) do grupo familiar. Para menores de 12 anos de idade, caso não haja CPF ou RG, apresentar a certidão de nascimento;
- d. **atestado de frequência da escola** para irmão(ã) candidato(a) a bolsa de estudo que ainda não estuda na unidade educativa;
- e. **certidão de casamento**, caso os(as) responsáveis pelo(o) aluno(a) sejam casados(as);
- f. **certidão de casamento com averbação de separação/divórcio**, caso os(as) responsáveis pelo aluno(a) sejam divorciados(as) legalmente;
- g. **declaração de próprio punho, informando separação de fato e/ou comprovante** de entrada do pedido de separação, caso os(as) responsáveis pelo(a) aluno(a) declarem estar separados(as);
- h. **escritura pública de união estável ou declaração de próprio punho de união estável** assinada por ambos os cônjuges, residindo com o grupo familiar ou não;
- i. **dissolução de união estável** informando a separação, caso os(as) responsáveis pelo(a) aluno(a) estejam separados(as);
- j. **certidão de óbito**, no caso de falecimento de algum dos integrantes do grupo familiar do(a) aluno(a);
- k. **declaração judicial de guarda/tutela/adoção**, caso a relação entre o(a) aluno(a) e seus(suas) responsáveis esteja estabelecida sob alguma dessas circunstâncias.

4.2 COMPROVANTES DE TRABALHO E RENDIMENTOS DO GRUPO FAMILIAR

4.2.1 Todos(as) os(as) integrantes do grupo familiar, com ou sem renda

Os documentos indicados nesta seção deverão ser apresentados por **todos os integrantes** do grupo familiar maiores de 18 anos, independentemente de possuírem renda formal, informal ou não possuírem renda, bem como pelos menores de 18 anos que possuírem a documentação solicitada ou se enquadrarem nas situações previstas nesta comunicação interna.

- a. **Cadastro de clientes do sistema financeiro (CCS)**, emitido pelo app Gov.br (baixar gratuitamente o aplicativo na loja virtual Apple Store da Apple e no Play Store do Android) ou acessar, via *web*, pelo *link*: <https://registrato.bcb.gov.br/registrato/relatorios/ccs/34789141>. Caso não



- tenha conta bancária, emitir certidão negativa em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/certidaocontaseinvestimentos>.
- b. **Extratos bancários dos últimos 3 (três) a 6 (seis) meses** de todas as contas bancárias, com ou sem movimentação.
 - c. **Carteira de trabalho:** deverão ser apresentadas as páginas da foto, da qualificação civil, do último contrato de trabalho assinado e da página seguinte em branco ou o arquivo da carteira de trabalho digital, que pode ser obtido via *web*, pelos *links*: <https://servicos.mte.gov.br/spme-v2/#/login> ou via aplicativo (download gratuito na Apple Store da Apple e na Play Store da Android).
 - d. **Extrato de contribuições (Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS)**, acessar opção: vínculos contribuições e remunerações, que poderá ser emitido pelo *site*: <https://meu.inss.gov.br>.
 - e. **Declaração de benefício do INSS (consta/nada consta)**, que poderá ser emitida pelo *site*: <https://meu.inss.gov.br>.
 - f. **Declaração do imposto de renda completa, acompanhada do recibo, referente ao exercício fiscal 2026, ano-calendário 2025**, para todos(as) os(as) integrante(s) do grupo familiar obrigados(as) a fazê-lo, conforme as normas da Receita Federal do Brasil.
 - g. Em caso de isenção do **imposto de renda da pessoa física**, apresentar o *print* da tela com a frase: “**Não há informação para o exercício informado**” para comprovação, que pode ser emitido pelo *site* da Receita Federal do Brasil, na página: <<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/consrest/atual.app/paginas/mobile/restituicaoomobi.asp>>.
 - h. Caso possua algum veículo, apresentar documento do carro/moto (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV) e taxas de imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e licenciamento ou **certidão negativa/positiva de registro de veículos, emitida pelo Detran**, por meio do seguinte *link*: <<https://servicos.detran.sc.gov.br/login>>.

4.2.2 Integrantes com renda

Além dos documentos especificados no item 4.2.1, os integrantes do grupo familiar que possuírem algum tipo de renda deverão apresentar outros documentos, conforme as situações previstas a seguir:

- a. contracheques ou holerites dos últimos 6 (seis) meses do(s) integrante(s) assalariado(s) do grupo familiar;
- b. **caso algum(a) integrante seja trabalhador(a) autônomo(a) ou profissional liberal**, deverá apresentar declaração contendo a atividade desenvolvida e o rendimento médio mensal;



- c. **caso algum(a) integrante seja trabalhador(a) rural ou pescador(a)**, deverá apresentar declaração de próprio punho, informando a renda bruta mensal/anual ou a declaração da Prefeitura/Sindicato/Colônia de Pesca;
- d. **caso algum(a) integrante seja estagiário(a), monitor(a) e/ou jovem aprendiz**, deverá apresentar contrato de estágio e comprovante de recebimento da bolsa-auxílio do último mês;
- e. **caso algum(a) integrante seja trabalhador(a) em transporte por aplicativos**, deverá apresentar declaração constando a atividade desenvolvida e o rendimento médio. Se for motorista de aplicativo (exemplos: Uber, 99 Pop etc.), deverá apresentar extrato emitido via aplicativo ao qual está vinculado(a), demonstrando a remuneração dos 3 (três) últimos meses e a declaração de gastos/custos;
- f. **caso algum(a) integrante seja microempreendedor individual (MEI)**, deverá apresentar certificado de condição de microempreendedor individual, declaração anual do Simples Nacional e relatório mensal da renda bruta (disponível no Portal do Microempreendedor Individual: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>);
- g. **caso algum(a) integrante seja proprietário(a) de empresa**, deverá apresentar pró-labore dos 3 (três) últimos meses, declaração comprobatória de percepção de rendimentos (DECORE), contrato social da empresa, balanço e balancete contábil e Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ);
- h. **caso algum(a) integrante possua empresa inativa ou em baixa**, deverá apresentar declaração registrada na Junta Comercial ou na Prefeitura, emitida no município sede da empresa ou no *site*: http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp;
- i. **caso algum(a) integrante seja aposentado(a) ou pensionista**, deverá apresentar comprovante de aposentadoria ou pensão (extrato de pagamento de benefício) do último mês, emitido pelo *site*: <https://meu.inss.gov.br>;
- j. **caso algum(a) integrante possua outras fontes de renda**, como poupança, aplicações financeiras ou rendimentos financeiros, apresentar os extratos bancários que comprovem os rendimentos, **ou se aluguéis, apresentar contrato de locação.**



4.2.2 Integrantes que recebem pensão, ajuda ou benefícios

É necessário apresentar os documentos comprobatórios referentes aos integrantes do grupo familiar que recebam qualquer tipo de pensão, auxílio financeiro de terceiros ou benefícios sociais, conforme os requisitos específicos estabelecidos para cada situação abaixo.

- a. **Em caso de recebimento de pensão alimentícia**, apresentar a sentença judicial e/ou a declaração/extrato bancário, constando o valor atualizado. Caso não seja sentença judicial, apresentar uma declaração informando o valor da pensão.
- b. **No caso de não recebimento de pensão alimentícia**, apresentar declaração de próprio punho, informando o não recebimento.
- c. **Em caso de “ajuda” financeira de terceiros**, apresentar declaração, assinada por quem fornece a ajuda, contendo os seguintes dados: RG, CPF, valor da ajuda financeira e sua periodicidade (esporádica ou contínua).
- d. **Comprovante de benefícios de transferência de renda** (Bolsa Família, Programa Pé de Meia, entre outros).
- e. **Comprovante de recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC)**, que pode ser emitido pelo *site*: <http://meu.inss.gov.br>.
- f. **CadÚnico** para famílias que recebam algum tipo de benefício do Governo Federal.

4.2.4 Para os integrantes do grupo familiar sem renda

Além dos documentos especificados no item 4.2.1, os integrantes do grupo familiar que estiverem sem renda deverão apresentar outros documentos, conforme as situações previstas a seguir.

- a. Os(as) integrantes do grupo familiar **que não possuem nenhuma atividade remunerada deverão apresentar declaração de próprio punho com essa informação**.
- b. **Caso algum(a) integrante esteja desempregado(a) e recebendo seguro-desemprego**, deverá apresentar os comprovantes das parcelas recebidas e a rescisão trabalhista.

4.3 COMPROVANTES DE DESPESAS E MORADIA

4.3.1 Comprovantes de despesas do último mês:

- a. condomínio (se houver);
- b. energia elétrica;



- c. água;
- d. telefone fixo;
- e. celular de todos os integrantes do grupo familiar;
- f. TV a cabo/internet;
- g. combo (telefone, internet e TV a cabo);
- h. educação (escola, faculdade, cursos);
- i. plano de saúde;
- j. despesas com saúde (consulta médica, exames e/ou medicamentos);
- k. dentista;
- l. transporte escolar;
- m. material escolar;
- n. empréstimos;
- o. extratos de cartão de crédito;
- p. tributos e impostos (IPTU, IPVA, etc.);
- q. seguros (residência, vida, veículos etc.);
- r. pensão alimentícia (quando houver acordo com decisão judicial e/ou comprovação/declaração de pagamento).

4.3.2 Comprovante das condições de moradia:

- a. se financiada, apresentar a última prestação paga;
- b. se quitada, apresentar o IPTU;
- c. se locada, apresentar o último comprovante de pagamento e/ou contrato de locação;
- d. se cedida, apresentar declaração de cedência do imóvel, com RG e comprovante de residência do cedente.

5. ANÁLISE E AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS(AS) ALUNOS(AS)/ESTUDANTES

A realização da análise e da avaliação socioeconômica do processo para renovação das bolsas de estudo estará a cargo e sob responsabilidade da equipe de Serviço social do Colégio Catarinense. A pertinência dessa avaliação está descrita no art. 26 da Lei Complementar nº 187, de 16 dezembro de 2021:

Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta Lei Complementar, ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e pela autenticidade das informações por eles prestadas, e as informações prestadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) acerca dos beneficiários em qualquer âmbito devem respeitar os limites estabelecidos pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.



§ 1º Compete à entidade que atua na área de educação confirmar o atendimento, pelo candidato, do perfil socioeconômico de que trata esta Lei Complementar.

§ 2º As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou por seus pais ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis, sem que o ato do cancelamento resulte em prejuízo à entidade beneficente concedente, inclusive na apuração das proporções exigidas nesta Seção, salvo se comprovada negligência ou má-fé da entidade beneficente.

O perfil socioeconômico será avaliado com base na renda familiar bruta mensal *per capita*, obedecendo-se às exigências contidas nos parágrafos do art. 19 da Lei Complementar nº 187, de 16 dezembro de 2021, **sendo que o patrimônio declarado pela família deverá ser compatível com os rendimentos apresentados**, considerando-se os seguintes conceitos:

- **grupo familiar:** entende-se por grupo familiar aquele constituído “no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa”, conforme inciso II, art. 5º, Lei Maria da Penha nº 11.340 de 07 de agosto de 2006;
- **guarda compartilhada:** entende-se por guarda compartilhada a guarda jurídica atribuída a ambos os genitores, cuja renda familiar deve ser analisada da seguinte forma:
 - não havendo obrigação de pagamento de pensão alimentícia por nenhuma das partes, portanto somente uma divisão de despesas, a renda familiar deve ser analisada com base na renda daquele com quem a criança/o adolescente passa a maior parte do tempo, cabendo ao outro genitor apresentar uma declaração dos gastos mensais com o(a) candidato(a);
 - se a obrigação do pagamento da pensão alimentícia recair para um dos genitores, a renda familiar deve ser analisada com base na renda do genitor que a recebe em nome do(a) filho(a), considerando-se, ainda, o valor correspondente à pensão alimentícia;
- **renda familiar bruta mensal *per capita*:** a renda familiar bruta mensal per capita será apurada conforme incisos I, II, do art. 51 do Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023.

6. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

O resultado do processo para renovação de bolsas de estudo será encaminhado via *e-mail* ao responsável financeiro, assim como a lista com a relação dos nomes dos(as) alunos(as), em ordem alfabética, selecionados(as) para o ano letivo de 2027, estará disponível no setor de Serviço social, conforme cronograma (item 2).



7. RECURSOS

O(a) aluno(a) participante do processo para renovação de bolsas de estudo cuja solicitação tenha sido indeferida poderá apresentar recurso para a Comissão avaliadora de concessão de bolsas de estudo, desde que seja por escrito, de forma fundamentada e enviada ao setor de Serviço social. O recurso refere-se, única e exclusivamente, ao processo analisado, não sendo aceitas informações e/ou documentações que apresentem fatos novos, ou seja, fatos gerados após a análise do(a) assistente social com a família. Os recursos interpostos serão examinados e deliberados pela Comissão avaliadora de concessão de bolsas de estudo, conforme calendário.

8. REALIZAÇÃO DA REMATRÍCULA

A rematrícula (aceite no Portal) será realizada conforme as regras do processo da unidade educativa. Será considerado desistente o(a) aluno(a) que não realizar o aceite no Portal da rematrícula do Colégio Catarinense e/ou não assinar o Termo aditivo de concessão de bolsa de estudo.

9. ADEQUAÇÃO DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO À LEI Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

A Lei n. 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em seu art. 1º, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

O processo técnico de que trata esta Comunicação interna é instruído com dados e documentos específicos, destinados para fins de registro, validação e evidenciação das solicitações de bolsas de estudo, conforme Lei Complementar nº 187/2021.

Os documentos recebidos pelo setor de Serviço social não serão devolvidos, pois são arquivados no prontuário do(a) aluno(a), sendo que todos os dados fornecidos serão mantidos em sigilo, ao mesmo tempo em que estarão sujeitos à verificação e comprovação, a qualquer tempo.

Os prontuários de bolsas de estudo deferidas e concedidas integram o conjunto das informações que podem ser diligenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), durante a análise do requerimento para manutenção do Certificado de



Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS). Por essa razão, deverão permanecer arquivados no prazo previsto em legislação.

A documentação da solicitação da bolsa de estudo cujo parecer for “indeferido” deverá ser retirada pelos(as) responsáveis ou pelo(a) próprio(a) aluno(a), se maior de 18 anos, no prazo de até 1 (um) ano após a divulgação do resultado do processo. Se não for retirada nesse prazo, a documentação será devidamente descartada, e os dados serão deletados e/ou anonimizados.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

O cumprimento dos planos de estudo, do Regimento interno do Colégio Catarinense e do Contrato de prestação de serviços é condição para a manutenção da bolsa de estudo durante o ano letivo de 2027. Ocorrendo cancelamento (desistência de matrícula) ou transferência, a bolsa de estudo concedida será automaticamente cancelada.

Conforme § 2º, art. 18, Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, o Processo para Renovação de Bolsas de Estudo dispõe que:

O atendimento ao princípio da universalidade na área da educação pressupõe a seleção de bolsistas segundo o perfil socioeconômico, sem qualquer forma de discriminação, segregação ou diferenciação, vedada a utilização de critérios étnicos, religiosos, corporativos, políticos ou quaisquer outros que afrontem esse perfil, ressalvados os estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

O Colégio Catarinense reserva-se o direito de aplicar as condições estabelecidas nesta Comunicação interna, assim como modificá-las ou revogá-las a qualquer momento, desde que seja necessário à fiel execução dos objetivos institucionais ou quando ocorrer alteração na legislação vigente que regulamenta o processo para renovação de bolsas de estudo.

O processo para renovação de bolsas de estudo é operacionalizado pelo setor de Serviço social, sendo acompanhado e aprovado pela Comissão avaliadora de concessão de bolsas de estudo, formalmente instituída para essa finalidade. A participação nesse processo de renovação implica a aceitação plena das condições estabelecidas nesta Comunicação interna.

Os casos omissos serão analisados pela Comissão avaliadora de concessão de bolsas de estudo. Informações complementares poderão ser obtidas pelo *e-mail* servico_social@colegiocatarinense.g12.br ou pelo telefone (048) 3251-1517 setor de Serviço Social.

A presente Comunicação interna entra em vigor na data de sua publicação.



Florianópolis, 16 de junho de 2026.



Natalia dos Santos Kranz
Assistente social
CRESS 006507/12ª região



Ana Paula Gomes Nunes
Assistente social
CRESS 007234/12ª região



Andréia Marques da Silva Coelho
Coordenadora de Assuntos
comunitários e estratégicos



Patrícia Francisca da Costa
Diretora administrativa



Louisa Carla Farina Schröter
Diretora acadêmica



Eduardo Roberto Severino, SJ
Diretor-geral

